

**AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 5015324-70.2013.404.7200/SC**

**AUTOR** : COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN  
**RÉU** : UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

**SENTENÇA****I - RELATÓRIO**

**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, por procurador habilitado, ajuizou a presente ação anulatória de lançamento fiscal contra a **UNIÃO**, através da qual tenciona obter provimento jurisdicional que imponha a anulação das decisões administrativas lançadas nos processos fiscais nº.s 10983.904410/2010-49, 10983.904412/2010-38, 10983.904413/2010-82, 10983.904414/2010-27, 10983.904415/2010-71, 10983.904420/2010-84, 10983.904707/2010-12, 10983.904709/2010-01, 10983.904711/2010-72, 10983.904713/2010-61, 10983.904408/2010-70, 10983.904409/2010-14, 10983.904411/2010-93, 10983.904416/2010-16, 10983.904416/2010-61, 10983.904418/2010-13, 10983.904419/2010-50, 10983.904421/2010-29, 10983.904708/2010-59, 10983.904710/2010-28, 10983.904712/2010-17 e 10983.904714/2010-14 que julgaram improcedentes as homologações das compensações efetuadas via PER/DCOMP com créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL pagos a maior por estimativa no ano-calendário 2007.

A autora pretende, ainda, que seja declarada a sua imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, desconstituindo os lançamentos de ofício relativos à exação e declarando a inexistência de débitos inseridos na intimação SEORT n. 0126/2013.

Busca, também, ver homologadas as compensações que efetuou a partir do recolhimento das estimativas mensais de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a maior no decorrer do ano calendário de 2007, com o reconhecimento da existência de crédito em seu favor da ordem de R\$ 177.130,84 (cento e setenta e sete mil cento e trinta reais e oitenta e quatro centavos).

Formulou, ainda, pedidos sucessivos.

A autora discorreu, inicialmente, sobre a natureza jurídica da sociedade de economia mista estadual, prestadora de serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário a diversos municípios catarinenses

Disse ter recebido notificação do órgão fiscal em relação aos processos fiscais referidos, informando que as compensações efetuadas com créditos oriundos de pagamento indevido de estimativa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não foram homologadas, conferindo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento dos débitos.

Referiu que o débito alcança montante superior a doze milhões de reais e que os lançamentos fiscais devem ser desconstituídos porquanto, não apenas goza de imunidade recíproca, como dispõe de créditos advindos dos valores pagos a maior por estimativa do ano calendário de 2007.

Aduziu que, muito embora esteja constituída sob a forma de sociedade de economia mista, desempenha serviço público essencial sem fins econômicos, reaplicando o arrecadado em prol da melhoria e da consecução das atividades relacionadas ao serviço público que presta.

Fez referência a precedentes jurisprudenciais firmados no âmbito do Supremo Tribunal Federal, nos quais se reconheceu a imunidade recíproca para sociedade de economia mista estadual que presta idênticos serviços aos seus, de natureza essencial.

Discorreu sobre o reconhecimento, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, da repercussão geral no Recurso Especial n. 600.867/SP, que versa sobre sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos que distribui lucros e dividendos, ressaltando que o mote ao reconhecimento da imunidade tributária se dá pelo critério de essencialidade do serviço público prestado e da desoneração do custo do serviço.

Ressaltou que os valores das tarifas destinadas a remunerar os serviços que presta são determinados pelas agências reguladoras e visam sempre a menor oneração do usuário, que é, na verdade, o grande beneficiado com a imunidade tributária porque tem diminuído o preço das tarifas.

Afirmou que as compensações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foram glosadas pela autoridade fiscal em razão da improcedência do crédito pleiteado porquanto, por se tratar de pagamento realizado a título de estimativa mensal de pessoa jurídica tributada pelo lucro real, a qual deveria ter sido utilizada na dedução do IRPJ devido no encerramento do exercício de 2008, ou para compor o saldo negativo de IRPJ do período ao qual se refere, consoante o entendimento do art. 10 da IN SRF 600, de 28 de dezembro de 2005.

Ressaltou, ainda, que mesmo glosadas as compensações que realizou no decorrer do ano-calendário de 2007, continuará tendo crédito a seu favor, o que imporá redução substancial do débito que possui com o órgão fiscal

Sustentou que as razões apontadas para a não homologação das compensações efetuadas são ilegais, o que se comprova com a revogação da Instrução Normativa n. 600/2005 pela Instrução Normativa n. 900/2008, permitindo a compensação a partir dos excedentes das estimativas mensais.

Alegou que o referido ato normativo, que permite que os contribuintes possam efetuar a compensação das estimativas via PER/DCOMP, constitui norma de caráter interpretativo, dando novo entendimento à compensação que até então era considerada indevida pelo Fisco.

Ressaltou que, tratando-se de norma interpretativa, deve retroagir para abranger os

atos pretéritos, tornando nulas as decisões administrativas que constituíram os créditos tributários e integram as intimações SEORT n. 113/2013 e 126/2013.

Referiu que no âmbito do próprio órgão fiscal, através Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil (Cosit), foi editada a Consulta Interna Cosit 19/2011, reconhecendo o caráter interpretativo do art. 11, da Instrução Normativa n. 900/2008, devendo ser aplicada aos PER/DCOMP transmitidos anteriormente a 1º de janeiro de 2009 e que estejam pendentes de decisão administrativa.

Sustentou que não tendo a autoridade fiscal homologado as compensações em razão do que dispunha o art. 10 da IN 600/2005, com a sua revogação pela IN 900/2008, as instruções normativas posteriores devem retroagir também pela aplicação do art. 106, II, do Código Tributário Nacional.

Alegou que os atos cuja legalidade defende somente agora estão sendo apreciados pelo Poder Judiciário, não se encontrando definitivamente julgado.

Disse, ainda, que a Instrução Normativa n. 600/2005, vigente à época das compensações, era ilegal porquanto extrapolava os limites da regulação permitida pela lei.

Mencionou, também, que a Instrução Normativa n. 600/2005, obrigava o contribuinte a continuar recolhendo mensalmente o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -CSLL a maior, para só ao final permitir que se pudesse utilizar o crédito, submetendo-o a um indevido *solve et repete*.

Alegou que as decisões não homologatórias das DCOMP são contraditórias em si, desconexas com a verdade dos fatos, tampouco estampam os valores monetários corretos.

Reiterou, portanto, o pedido de procedência da *actio* para anular as decisões administrativas/fiscais nos processos fiscais 10983.904410/2010-49, 10983.904412/2010-38, 10983.904413/2010-82, 10983.904414/2010-27, 10983.904415/2010-71, 10983.904420/2010-84, 10983.904707/2010-12, 10983.904709/2010-01, 10983.904711/2010-72, 10983.904713/2010-61, 10983.904408/2010-70, 10983.904409/2010-14, 10983.904411/2010-93, 10983.904416/2010-16, 10983.904416/2010-61, 10983.904418/2010-13, 10983.904419/2010-50, 10983.904421/2010-29, 10983.904708/2010-59, 10983.904710/2010-28, 10983.904712/2010-17, 10983.904714/2010-14; que julgaram improcedentes as homologações das compensações efetuadas via PER/DCOMP com créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica -IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL pagos a maior por estimativa no ano-calendário 2007.

Postulou, ainda, pela declaração de sua imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, desconstituindo os lançamentos de ofício relativos à exação e declarando a inexistência de débitos inseridos na intimação SEORT n. 0126/2013.

Pugnou, também, pela homologação das compensações que efetuou a partir do recolhimento das estimativas mensais de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a maior no decorrer do ano calendário de 2007, com o reconhecimento da existência de crédito em seu favor da ordem de R\$ 177.130,84 (cento e setenta e sete mil cento e trinta reais e

oitenta e quatro centavos).

Juntou procuração e documentos, bem como recolheu custas iniciais.

A medida antecipatória foi indeferida (evento 5).

A União contestou o feito ressaltando que as sociedades de economia mista são entes privados, criados para a exploração de atividades econômicas, ainda que se liguem a órgãos estatais (evento 10).

Disse que, nos termos do art. 173, § 2º, da Constituição Federal, é vedada a possibilidade de concessão de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado para as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Salientou que, muito embora a autora seja uma sociedade de economia mista estadual, também é reconhecida como uma empresa que, entre outros fins, possui o de desempenhar atividades econômicas em sentido estrito.

Ressaltou que, dentre os seus objetos sociais, está o de distribuir água bruta, potável e mineral para sua comercialização no varejo e no atacado, sendo essa uma típica atividade privada e de fins lucrativos, o que impede o reconhecimento da imunidade tributária em seu favor.

Quanto às compensações não homologadas pela autoridade fiscal, disse que a insurgência da autora não é procedente, ressaltando que o ente tributante possui autonomia na determinação dos critérios segundo os quais os créditos do contribuinte podem ou não ser compensados

Defendeu a licitude da cobrança da multa de mora, ocasionada pelo recolhimento extemporâneo dos tributos.

Requeru, ao final, a improcedência do pedido.

A autora manifestou-se sobre a contestação apresentada (evento 13).

Vieram-me os autos conclusos para sentença.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

O feito comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil, uma vez que a questão discutida é unicamente de direito, não havendo necessidade de produção de provas.

Traía-se de ação ordinária em que a autora, sociedade de economia mista estadual, concessionária de serviços públicos de água e esgoto sanitário, pretende obter provimento jurisdicional que declare a sua imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, desconstituindo os lançamentos de ofício relativos à exação e a conseqüente inexistência dos débitos inseridos na intimação SEORT n. 0126/2013.

Pretende, ainda, que sejam homologadas as compensações que efetuou a partir do